



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

19/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



'Reforma' trabalhista não criou empregos como prometido, aponta estudo da USP

Em estudo publicado terça (17), pesquisadores do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Universidade de São Paulo (Made-USP), concluem que a "reforma" trabalhista aprovada em 2017 "não apresentou efeito estatisticamente significativo sobre a taxa de desemprego". O resultado da pesquisa desmonta o argumento do governo golpista de Michel Temer, autor da "reforma".

Para chegar ao resultado, os pesquisadores Gustavo Pereira Serra, Ana Bottega e Marina da Silva Sanches compararam a taxa de desemprego do Brasil com a de 11 países da América Latina e Caribe que não passaram por mudanças nas leis trabalhistas no mesmo período.

O resultado foi que, entre 2018 e 2020, as taxas de desemprego no Brasil real e no "sintético" tiveram comportamento similar. "Os resultados obtidos não nos permitem afirmar que a reforma trabalhista de 2017 teve impacto significativo para o menor (ou maior) crescimento da taxa de desemprego no Brasil", afirmam os pesquisadores. Assim, eles também destacam que "o discurso político em torno dos resultados da reforma na época da sua proposta não se realizou", afirmam os pesquisadores.

Por outro lado, os pesquisadores chamam a atenção que a "reforma" também afetou diversos outros aspectos trabalhistas, além da taxa de desemprego. "O mercado de trabalho brasileiro é marcado por problemas de informalidade e rotatividade que geram baixa produtividade, além de uma grande desigualdade da renda do trabalho. Mas não se sabe com precisão se e como a reforma impactou essas questões", afirmam

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 19 de maio.

Tragédia humana: Bolsonaro deixa 1,3 milhão de famílias sem Auxílio Brasil

Apesar de decretar sigilo parcial sobre os números, o governo Bolsonaro não conseguiu esconder o que está sendo considerada uma tragédia humana. 1,3 milhão de famílias no Brasil, mesmo habilitadas, estão na fila de espera para receber os R\$ 400,00 do Auxílio Brasil. Oito mil delas vivem nas ruas e 233 mil têm filhos com até quatro anos. São grupos que deveriam ter prioridades.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) chegou aos cálculos com base em dados do Cadastro Único (o Cead). Divulgados pelo Estadão, os números bateram em 1,3 de famílias sem o auxílio no mês de março. No editorial desta terça-feira (17), o jornal diz que, se funcionasse, "o Auxílio Brasil ainda seria um modesto alívio para os problemas agravados pelo desgoverno bolsonariano. A fila dos pobres não anda."

"É um absurdo pensar que em meio a esta crise, cerca de 1,3 milhão de famílias ainda esperam por receber o pagamento do Auxílio Brasil, enquanto o governo usa o benefício como politicagem", reagiu o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA).

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que a vitrine eleitoral de Bolsonaro "está dando água" e o povo que precisa passando necessidade.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 19 de maio.

Prazo para entregar declaração do IR entra na reta final

A data-limite é o próximo dia 31 de maio. Quem é obrigado a declarar e atrasa a entrega paga multa mínima de R\$ 165,74, limitada a 20% do imposto devido no ano.

Segundo a Receita Federal, até as 11h de segunda-feira (16), 22,3 milhões haviam prestado contas. A expectativa é que 34,1 milhões entreguem a declaração neste ano. Dia 31 também é a data final para quem tem imposto a pagar. Neste caso, será possível quitar a cota única ou primeira cota por Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais). As demais cotas podem ser pagas em débito automático.

Dentre as novidades do IR deste ano está a possibilidade de mais contribuintes fazerem a declaração do Imposto de Renda pré-preenchida. A funcionalidade vale para quem tem conta gov.br nível prata ou ouro. Ao todo, 10 milhões de cidadãos devem ser beneficiados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de maio.

Novela ruim da Eletrobras abafa novo desastre na conta de luz

A eletricidade ainda vai ficar muito mais cara e o setor elétrico vai ficar ainda mais caótico. Se a conta de luz não aumentar ainda mais neste ano, graças a um decreto aloprado que o Congresso quer aprovar, vai aumentar no ano que vem e depois.

É por causa da privatização da Eletrobras? Também, não necessariamente por causa da privatização em si. É por causa do conjunto da obra ruinosa, empreitada dos regentes parlamentares do desgoverno de Jair Bolsonaro.

A privatização da Eletrobras entrou na fase de final de série de TV. Parece que está acontecendo algo importante. Tem fofoca, "emoção". Teve a votação "decisiva" do TCU (Tribunal de Contas da União), que era meio favas contadas (maioria pela validação dos critérios de venda), mas não proibiria nada, embora contestações do TCU pudessem dar pano para manga em tribunais. Mas vai ter tribunal ou outro furdução legal, típico dos últimos dias de qualquer privatização. A privatização porca é só parte do rolo.

A venda da empresa até pode dar chabu. Por exemplo, os tombos nas bolsas dos EUA podem atrapalhar. Donos do dinheiro podem se sentir ameaçados pelo risco (remoto) de a privatização ser avacalhada por um governo do PT ou por intervenções de Bolsonaro 2, uma mixórdia com propensão a ser ainda mais autoritária e inepta.

De onde vêm esses e outros reajustes enormes?

Da inflação, em parte causada pelo dólar, que subiu em parte por causa do desgoverno do mentecapto ignaro. Também de reajustes postergados durante o pior da epidemia e do preço altíssimo da energia de emergência contratada em 2021, a fim de se evitar racionamento.

Tem mais. Por causa também da queda bruta na revenda de eletricidade no pior da epidemia, as distribuidoras ficaram com buracos. A fim de tapar o rombo, tomaram um empréstimo, meio patrocinado pelo governo, que queria evitar que tais custos fossem repassados de imediato ao consumidor. O custo desse empréstimo vai aparecer na conta de luz, com juros e correção monetária, por cinco anos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de maio.

Lira dá ultimato para que governo segure preço de energia

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu um ultimato para que o governo federal encontre uma solução para o aumento nas tarifas de energia. Caso contrário, disse, a Câmara votará um projeto suspendendo os reajustes.

Lira se reuniu nesta quarta-feira (18) com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, representantes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e deputados federais para discutir a questão.

"Sachsida saiu daqui com a incumbência de se reunir com distribuidoras, Aneel e parlamentares para discutir uma saída equilibrada", disse Lira em pronunciamento após a reunião.

"Apesar de ser contratual, [o reajuste] pode ser minimizado", acrescentou. Agora, prosseguiu Lira, a Câmara espera uma resposta "em um prazo bastante curto".

Caso contrário, a solução poderá vir do plenário da Câmara, concluiu.

Durante a reunião, Sachsida apresentou algumas alternativas, como utilizar os recursos da capitalização da Eletrobras e a antecipação da devolução do PIS/Cofins e ICMS cobrado indevidamente das contas de luz.

Além disso, o ministro demonstrou cautela com a possibilidade de quebra de contratos representada pelo projeto que susta reajustes, o que poderia aumentar a insegurança jurídica no país. Ele indicou que a margem para minimizar os aumentos é pequena, de 2% a 3%.

Lira e os líderes consideraram a faixa insuficiente e pediram uma solução para Sachsida, que acenou com uma reunião com as distribuidoras para discutir a questão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de maio.